



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A AFIRMAÇÃO DO URBANISMO COMO CIÊNCIA MODERNA, SOB A INFLUÊNCIA DO
PENSAMENTO GEOGRÁFICO: ANÁLISE DO PLANO AGACHE PARA A CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Daniel Vater de Almeida (UFPA/UFMG) - almeidaniel@ufpa.br

Professor Assistente I da Faculdade de Geografia da UFPA (Campus Marabá) e Doutorando em Geografia - IGC/UFMG.

A Afirmação do Urbanismo como Ciência Moderna, sob a influência do Pensamento Geográfico: Análise do *Plano Agache* para a Cidade do Rio de Janeiro

O presente texto propõe investigar *tempos* e *espacialidades* distintas da atualidade, distantes da realidade que ora vivenciamos, todavia não menos importantes, e que muito contribuem para reflexões e interpretações do tempo presente. No que tange às *espacialidades*, propõe-se uma investigação acerca da Cidade do Rio de Janeiro. Esse é o espaço geográfico de análise maior e objeto deste trabalho científico, face à considerável importância desta cidade como capital da república recém instaurada, e como *palco* das principais decisões políticas, econômicas, sociais, culturais etc. Sendo assim, cumpre analisar a primeira proposta de planejamento urbano realizado para uma cidade no Brasil, a saber, o Plano Agache para a Cidade do Rio de Janeiro, intitulado “*Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento, 1926 – 1930.*” Dessa forma, pretende-se identificar a influência do pensamento geográfico, presente não só no Plano de cidade que Agache concebeu para o Rio de Janeiro, mas, sobretudo, na concepção de Urbanismo que Alfred Agache trazia para o Brasil.

Palavras Iniciais

Diante do título que se propõe e da amplitude de tempos históricos a que se refere, faz-se necessário esclarecer algumas questões metodológicas que resultaram na pesquisa realizada até então.

Posteriormente, ratificamos que se trata de uma investigação em *tempos* e *espacialidades* distintas da atualidade, distantes da realidade que ora vivenciamos, todavia não menos importante, e que muito contribuem para reflexões e interpretações do tempo presente.

Então, esse *tempo pretérito* de análise refere-se aos anos vinte do vigésimo século, porém sempre é necessário adentrar ao final do oitocentismo, uma vez que o pensamento científico vigente naquele momento é fruto de influência de ideologias e formas mais abrangentes de concepção da ciência moderna, manifestadas ao longo do Século XIX. Nesse sentido, são deveras primordiais as palavras de GOMES (1996:52):

Sem dúvida, quando se trabalha com movimentos de idéias como aqui é o caso, o primeiro obstáculo a ser superado é aquele da delimitação cronológica. Quando ele começou, quanto tempo durou e quando terminou? São questões clássicas que se colocam para qualquer movimento, corrente ou sistema de pensamento. É preciso, entretanto, considerar que os eventos que nos conduzem a estabelecer os limites de um dado período, se inscrevem em uma sequência no interior da qual todos os fatos são a expressão das circunstâncias que os fundaram e que os explicam. Desta maneira, toda escolha é forçosamente arbitrária e destaca muito mais os imperativos daquele que a efetua do que do fenômeno em si. Dependendo do campo específico que se examina, o início da modernidade pode variar enormemente. Do mesmo modo, os eventos que caracterizam sua eclosão podem já ser considerados, ou não, como constitutivos de sua identidade em função dos objetos de análise. O fundamental, no entanto, é identificar as características de base do *espírito da época*, procurando estabelecer suas ligações com o contexto mais geral. Trata-se, de fato, de desvelar as mudanças precisas que se inscrevem dentro de um largo processo, ou seja, tratar os fenômenos em suas manifestações mais gerais, sem aprisioná-los dentro de uma classificação estreita.

No que tange às *espacialidades*, propõe-se uma investigação acerca da Cidade do Rio de Janeiro. Esse é o espaço geográfico de análise maior e objeto deste trabalho científico, face à considerável importância desta cidade como capital da república recém instaurada, e como *palco* das principais decisões políticas, econômicas, sociais, culturais etc. Se esta cidade supracitada é *cenário* de movimentos da sociedade que nela vive, então isso resulta em constantes modificações e transformações na sua *espacialidade*. Sem embargo, metodologicamente, faz-se necessário particularizar ainda mais que modificações e transformações foram essas. Daí cumpre analisar a primeira proposta de planejamento

urbano realizado para uma cidade no Brasil, a saber, o Plano Agache para a Cidade do Rio de Janeiro, intitulado “*Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento, 1926 – 1930.*”

Entretantes, analisar pura e simplesmente esse plano urbanístico, muitos já o fizeram. Cabe então, enxergá-lo sob o prisma da Ciência Geográfica, ou seja, investigar as influências do pensamento geográfico da época como forma de justificar e ratificar um novo ramo da ciência moderna que surgia naquele momento, o *Urbanismo*.

Se os urbanistas da época desejavam afirmar o Urbanismo como mais um ramo da ciência moderna, era necessário justificar seu viés científico ancorado noutras áreas do conhecimento, já reconhecidamente “científicas”, segundo o postulado positivista que determinava a veracidade científica, naquele momento da história da humanidade.

Sendo assim, é objeto dessa pesquisa investigar a influência do pensamento geográfico, presente não só no Plano Agache do Rio de Janeiro, mas sobretudo na concepção de Urbanismo de Alfred Agache.

Justificativas metodológicas e seus devidos recortes se deram até então, ora em relação ao tempo, ora em torno do espaço, porém falta falar das idéias, ou seja, da organização de pensamentos e reflexões que fluem diante da temática de investigação e que dão origem e/ou que resultam nela.

Dentre as “modernas ciências” está a Geografia, já afirmada pelo positivismo clássico como uma ciência plena, dotada de objeto de estudo bem definido, e o Urbanismo, que ora pretendia-se afirmar como ciência, para tanto necessitando ancorar-se em bases científicas mais sólidas (dentre elas a Geografia), na busca de seu objeto, naquele dado tempo histórico. Então, torna-se primordial, algumas reflexões acerca do positivismo lógico e sua influência em todas as esferas do mundo ocidental, sob os auspícios do modo de produção capitalista, notadamente a partir do último quartel do Século XIX.

Se os princípios positivistas influenciaram consideravelmente o modo de pensar, de produzir ciência naquele momento histórico, então aqui devemos verificar que Geografia positivista era essa, e como ela influenciou o Urbanismo que surgia.

No Brasil, os movimentos republicano e abolicionista eram imensamente influenciados pela doutrina positivista, ainda no Século XIX. Anterior à proclamação da república, nas últimas décadas do oitocentismo, essa turbulência política produziu e materializou reflexos no ambiente urbano de sua capital, a Cidade do Rio de Janeiro.

A França do século XIX vivia um contexto que influenciava as visões políticas de muitos brasileiros que lá viviam e vislumbravam momentos propícios à apropriação das idéias francesas de república, modernização e urbanização. (CARVALHO, 1990, p. 57).

Como se pode perfeitamente observar, constituía um desejo das elites, planejar novas cidades, e implementar planos para modificar as já existentes, tal qual o fez

Hausmann, em Paris. Dessa forma, é que se materializa o desejo republicano e positivista com a construção de Belo Horizonte, ainda no Século XIX, guisa de exemplificação. Para a capital federal, era consenso retirar-lhe as marcas que lembravam seu passado colonial e escravocrata. Obras e planos faziam-se urgentes.

Reflexões acerca do Positivismo presentes no Urbanismo

Se a pesquisa em voga investiga as influências do pensamento geográfico no Urbanismo de Agache, logo não podemos desconsiderar o peso da doutrina positivista, tanto na Ciência Geográfica que se praticava naquele momento, quanto no Urbanismo que se produzia em Europa (berço do positivismo) e que surgia no Brasil.

Uma perfeita compreensão do pensamento urbanista de Agache ocorre, ao entendermos o contexto das idéias, no final do oitocentismo e nas primeiras décadas do século seguinte. Assim, também podemos conhecer mais profundamente, o pensamento filosófico brasileiro então predominante, leia-se, por suas elites pensantes, logicamente. Nas palavras de PAIM (1987), “a peculiaridade essencial do pensamento brasileiro, no período da denominada *República Velha* (1890/1930), corresponde à ascensão do positivismo”.

O termo *positivismo*, grosso modo, constitui a escola e o sistema filosófico fundados, no início do décimo nono século, pelo francês Augusto Comte. Podemos afirmar em poucas palavras que o pensamento comteano fundamenta-se na intitulada “Lei dos três estados”. Segundo este teórico, a presente lei tem a propriedade de explicar os estágios teóricos pelos quais cada área do conhecimento humano percorre, a saber: o estado teológico (ficção), o estado metafísico (abstração) e o estado positivo (ciência). Tais estados, do ponto de vista histórico, constituem, respectivamente, as três épocas ou fases primordiais da Humanidade: a religiosa, a filosófica e a científica. (LINS, 1967, p. 92).

Comte afirmava que o estado positivo constitui a finalização da evolução humana. Seria de fato o objetivo para o qual a Humanidade se dirigia. Assim, procedeu a uma classificação ou hierarquização sistemática das ciências. Na sua obra intitulada *Curso de Filosofia Positiva*, COMTE (1973), explica a natureza da doutrina que propõe, reflexo do tempo histórico que o mesmo presenciava:

Para explicar convenientemente a verdadeira natureza e o caráter próprio da filosofia positiva, é indispensável ter, de início, uma visão geral sobre a marcha progressiva do espírito humano, considerado em seu conjunto, pois uma concepção qualquer só pode ser bem conhecida por sua história.

Um entendimento mais apurado da doutrina comteana é possível através da leitura acerca da ascensão das ciências naturais e exatas, leia-se, nas aplicações técnicas de um tempo histórico onde a industrialização se faz deveras determinante nas transformações sociais, já que, o pensamento científico positivo, aquele construído sob observação e pelas leis, segue o modelo físico-matemático, na busca de sínteses definitivas para a sociedade humana, leis invariáveis, que possam promover a ordem, razão inquestionável da evolução humana na direção do estado científico e, conseqüentemente, de seu distanciamento dos objetos que compõem a metafísica, estes excluídos do que caracteriza a positividade e contrários à abordagem objetiva das ciências. (COSTA, 1967, p. 167).

De maneira sintética, uma filosofia da empiria, cujo fundamento consistia na matematização dos fatos e coisas, buscando a progressão e unificação dos atos sociais, ou seja, uma doutrina que pretendia apresentar “a solução prática da crise da história moderna”, tal como afirma COSTA, 1959, p.15.

A partir de seu projeto de hierarquização e classificação das ciências, plenamente estruturado, Comte preocupou-se, sequencialmente, em elaborar uma religião, também inédita. Segundo o mesmo, ao implantar-se o espírito positivo, seria adotada por todos os seres humanos. Instituiu, dessa maneira, a “Religião da Humanidade”. O Positivismo enquanto forma de religião, extremamente ortodoxa, teve, na mesma sorte que no plano político, considerável aceitação no Brasil, no final do oitocentismo.

Politicamente, PAIM (1987: 473) nos revela que “o ciclo da ascensão do positivismo parece encerrar-se com a Revolução de 30 e o término da República Velha”. Nesse sentido, tornam-se elucidativas as palavras de PAIXÃO (1998: 49):

Então, neste inventário inicial sobre “homens de idéias” do século XIX, denominados de positivistas ilustrados, cabe destacar que, mesmo não conseguindo implantar a “sociedade racional positivista”, com suas cidades iluminadas pela lâmpada de Augusto Comte e com sua sede mundial localizada em Paris (cidade luz), esses “intelectuais”, que foram derrotados politicamente pelos liberais, conseguiram um feito que perpetuou a “Moral Positivista” neste país, o carimbo de “Ordem e Progresso”, no símbolo mais exibido aos brasileiros, a Bandeira Nacional; o que nos leva a pensar, que apesar dos avanços intelectuais contemporâneos, a sombra de Comte e de seus adeptos está presente em nosso cotidiano e atravessará o novo milênio.

Todavia, reflexos da doutrina positivista influenciando a maneira de produzir ciência, inclusive na Geografia e no urbanismo, faz-se possível verificar até os dias de hoje. Na seara da filosofia comteana, refletida, sobretudo, na espacialidade cidadina, indubitavelmente importante é, a afirmação de HORTA (1994:85) para exemplificar o modelo de cidade que nossas elites desejavam:

Aplicado ao urbanismo, o positivismo – ideologia de sustentação do movimento republicano e industrial no Brasil – se expressou pelo gosto da medida, da retificação, da ordenação. Assim, foi idealizada uma cidade rigidamente geométrica, funcional, limpa e saudável, constituída de parques e áreas verdes, ventilada e iluminada [...]. O pensamento dominante era de que os valores artísticos e as heranças do passado deveriam ser substituídos por uma arquitetura racional e moderna.

Certo é que HORTA, 1994, p.172, refere-se à idealização da capital planejada de Minas Gerais, porém esse fora um pensamento dominante que pairava sob os planejadores urbanos pelo país afora, quase como unanimidade.

Explorando mais o *Plano Agache*

Assim denominado pelo senso comum, o *Plano Agache* priorizava a remodelação e embelezamento da cidade, respondendo aos anseios da burguesia urbana que visava um modelo europeu de capital, nomeadamente o francês. Consistiu em ser um plano apenas físico-territorial sem visar um plano de desenvolvimento. (REZENDE, 1982.)

Iniciemos então com o significado do *Urbanismo*, afirmado pelo próprio autor nas páginas iniciais de seu plano:

(...) O Urbanismo é uma Sciencia e uma Arte, e sobretudo uma Philosophia social. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras applicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das arterias publicas. E' a remodelação, a extensão e o embellezamento de uma cidade levados a effeito mediante um estudo methodico da geographia humana e da topographia urbana sem descurar as soluções financeiras. (...). (AGACHE, 1930: 3).

Doravante, Agache faz nova referência ao *Urbanismo* como ciência e arte simultaneamente, aliando a técnica da primeira com o embelezamento que a segunda pode proporcionar a cidade:

Mas, se o urbanismo é uma sciencia, é também uma arte. Cabe com effeito, ao urbanista interpretar as observações scientificas e as necessidades technicas, em um conjunto de harmonia e belleza (...) E' preciso para ser urbanista ter a sensibilidade, sentir como um artista e poder exteriorisar, plasticamente, o quadro onde todos os effeitos sociaes da vida se manifestam em immediata coordenação (...) Se o urbanismo fosse apenas uma sciencia, o problema das cidades se limitaria a livros e formulas. Ora, a experiência tem demonstrado que isso é impossível. (AGACHE, 1930: 8).

Ele considera-se o criador do termo *Urbanismo* e expressa isso no próprio plano, como uma forma de adquirir credibilidade diante da sociedade carioca:

Este vocábulo: urbanismo, do qual fui o padrinho, em 1912, quando fundei a "Sociedade Franceza dos Urbanistas", foi, durante algum tempo, como um barbarismo; posteriormente, porém, tendo sido adoptado, adquiriu "foros de cidade". Em todo o caso, é agora universalmente empregado, sendo mais expressivo do que o vocabulo allemão Staedtebau e o inglez Town-planning, por serem estes últimos mais applicaveis ás construcções (...) Muito me apraz, quando me refiro ao urbanismo, comparar uma cidade ao organismo humano. No organismo urbano, como no humano, encontramos uma anatomia e suas funcções (...) A anatomia da cidade é o seu próprio plano que a define: é o conjunto de terrenos, edificados ou não, a divisão de quarteirões, os espaços livres (...). (AGACHE,1930: 6).

Agache assemelha a aglomeração urbana a um organismo vivo, vinculando o plano à idéia de eficiência. Podemos perceber claramente isso no próprio texto do plano: "Nenhuma imagem poderia representar melhor a constituição e a vida nas cidades. Essas nascem, crescem, vivem e, como os seres animais, enfraquecem e morrem."

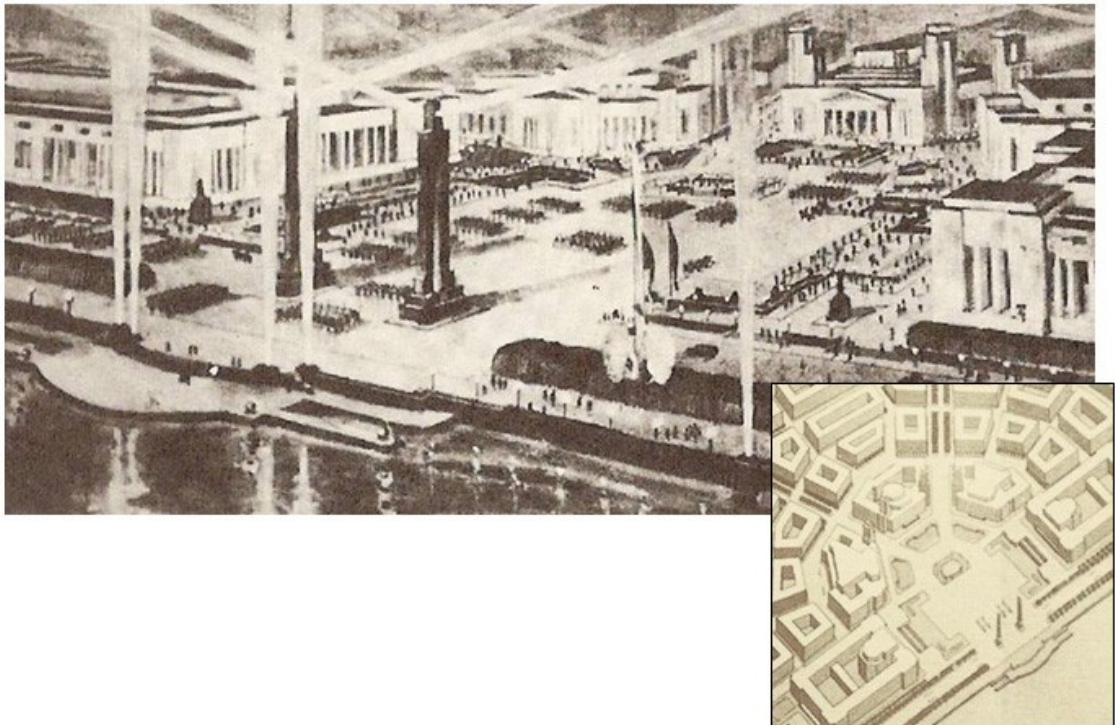
A partir dessa análise o autor faz uma analogia entre o corpo urbano e o corpo humano, onde o plano enfoca três funções principais: *Circulação, digestão e respiração*. Agache chama de *sistema respiratório* a todos os espaços livres, avenidas, praças e jardins, ou seja, os *pulmões* da cidade. A disposição viária ele chamou de *sistema circulatório*, que possui a função de repartir para todos os pontos do corpo urbano a substância necessária à vida e convergindo para o *coração urbano*, isto é, o centro da cidade. Por último, classifica como *aparelho digestivo*, toda a rede de esgotos. O plano também é marcado pela estética, enfatizando o embelezamento em praticamente todos os capítulos. A tônica ao embelezamento é percebida no trecho que segue, a guisa de exemplo: "Esta cidade que goza da mais encantadora moldura tem radiante e imenso futuro, merecendo tornar-se, sob o ponto de vista da remodelação, a mais bela cidade do mundo." (AGACHE,1930: 56).

Trata-se do Rio de Janeiro visto a partir dum olhar estrangeiro, onde a preocupação com imagem da cidade é uma tônica. Essa visão é descrita no capítulo intitulado *Entrada do Brasil*:

O Rio de Janeiro oferecerá assim à admiração do visitante chegado por mar, uma entrada monumental, correspondente à importância e aos destinos da capital. É aí que as autoridades receberão as personalidades eminentes que chegam por vapor ou por hidroavião, as quais poderão desembarcar por meio de lanchas diante da escada de honra emoldurada por duas grandiosas colunas. (AGACHE, 1930: 161).



Porta de Entrada do Brasil, idealizada no *Plano Agache*. FONTE: SCHLEE, Andrey R. Revista de Arquitetura e Urbanismo, Fev./2009 in: <http://mdc.arq.br>



1927-30 – Plano Agache para o Rio de Janeiro: Praça da “Entrada do Brasil”

FONTE: SCHLEE, Andrey R. Revista de Arquitetura e Urbanismo, Fev./2009 in: <http://mdc.arq.br>

Tal visão estrangeira, outrossim, é sentida no capítulo intitulado *Bairro das Embaixadas*, lugar onde não há espaço para próprio habitante da cidade: "neste bairro, palacetes e apartamentos de luxo, local dos turistas e dos estrangeiros, que vêm participar da estação mundana de inverno ou admirar os encantos do sítio carioca." (AGACHE, 1930: 166).

Podemos considerar o *Plano Agache* como um plano urbanístico típico, semelhante ao que denominaríamos hoje de plano diretor, a partir dos seguintes critérios:

- a) Traça um futuro para a cidade a partir do planejamento, podendo esta alcançar o patamar de *cidade ideal*, caso o plano seja seguido à risca;
- b) Parte do princípio de que as modificações no espaço físico é que possibilitam modificações sociais;
- c) A remodelação física da cidade, bem como a existência de saneamento e habitação para todos pode suprimir comportamentos marginais.

O *Zoneamento (zoning)* e a legislação urbanística, até então inexistentes no Brasil, são sinais evidentes da intenção de ordenamento da cidade, expressos no *Plano Agache* (REZENDE, 1982).

Interferindo no sistema viário, ou seja, modificando-o, alterando-o, acreditava-se ser possível alcançar a funcionalidade típica de uma cidade eficiente. A partir da garantia de moradias confortáveis disponibilizadas a toda população o plano considerava-se capaz de alterar padrões e relações sociais.

Para a Cidade do Rio de Janeiro, o *Plano Agache* previa duas funções essenciais: político-administrativa (capital do país) e econômica (porto e mercado comercial e industrial), sendo a segunda citada como crescente, à medida que o país industrializava-se.

O plano previa uma cidade estruturada a partir de elementos funcionais espacializados no espaço urbano, ou seja, o espaço passa a desempenhar diferentes funções, essas definidas previamente pelos elementos funcionais.

O instrumento de intervenção mais utilizado nesse plano será o chamado *zoneamento* que consiste na tônica da espacialização do espaço urbano. Resulta dividir o perímetro urbano da cidade em zonas de utilizações diversas que recebem específica legislação para cada uso, o mesmo procedendo para os investimentos. Para Agache o *zoneamento* era uma forma de impor “ordem” às cidades, evitando o “caos” que ocorreria no fato de deixar a evolução urbana a cargo da livre iniciativa:

(...) durante muito tempo acreditou-se que era suficiente estabelecer, para uma cidade, um regulamento unico e uma policia geral de construcção. A pratica dos estudos urbanísticos fez comprehender que as cidades se dividem em diferentes bairros tendo todos elles determinado papel a preencher: centro de negocios, bairro do grande e pequeno commercio, bairro industrial, bairro residencial... Desenhou-se pouco a pouco a differenciação desses bairros entre si pelo seu preparo e pela sua função própria (zoning), impuz-se por si mesma (...). AGACHE (1930: 219).

Por outro lado, o autor também defende o *zoneamento* como forma de proteger partes valorizadas do espaço urbano contra usos não-previstos, mantendo o alto valor do solo urbano. Agache tinha uma preocupação quanto à desvalorização de áreas e imóveis causados pela miríade de usos e grupos socioeconômicos difusos:

Ella tem por fim evitar que os bairros, que satisfazem a determinadas necessidades, sejam invadidos por construcções que mudariam completamente

o seu caracter. O zoning deve, pois, salvaguardar o valor da propriedade particular sem deixar de proteger a economia e a saúde públicas... O nosso projecto de remodelação e extensão supõe uma divisão em cinco zonas:

- a) zona central com parte commercial;
- b) zona industrial e do porto;
- c) zona de residência
- d) zona suburbana
- e) zona dos espaços livres e reservas arborizadas. (AGACHE (1930: 219).

Segundo o *Plano Agache*, os elementos funcionais dividem-se em:

- posto de comando (centro da cidade);
- bairros de intercâmbio ou grandes negócios;
- bairros de abastecimento ou comércio com ocorrência de residências;
- bairros de produção (áreas para indústrias, áreas rurais e agrícolas);
- bairro universitário;
- centros recreativos;
- bairros residenciais de luxo – Copacabana, Ipanema, Gávea, etc;
- bairros residenciais burgueses – Tijuca e Flamengo;
- bairros residenciais operários – margeando a zona industrial.

O plano possui, portanto, uma visão estrutural especializada e funcional com cada elemento, a partir daí, desempenhando uma função específica dentro do *organismo* urbano, articulando-se e integrando-se à cidade como um todo. As especializações são espacializadas, todavia não formam comunidades autônomas, já que o plano é estrutural e centralizado.

Apresentado de forma estrutural, intitulado pelo autor de *ossatura*, algumas partes da cidade são privilegiadas intencionalmente, promovendo-se a apropriação e divisão do espaço urbano, tendo como “pano de fundo” o uso do solo urbano como mercadoria, não explícitos no plano.

O local onde as alterações mais incidem acaba sendo a área central da cidade. Aí é que se localiza o *posto de comando*, ou seja, o centro administrativo e legislativo. É sugerido então, a construção de uma monumental praça resultante do arrasamento dos morros do Castelo (já realizado) e Santo Antônio (por realizar), completando o ciclo de expansão do centro da cidade e descongestionando a Avenida Rio Branco com a criação de novas vias.

Igualmente, na área central, o *Plano Agache* prevê o *Bairro das Embaixadas*, local privilegiado intencionalmente que ocuparia parte dos terrenos surgidos a partir dos aterros da Baía de Guanabara. Agache descreve-o dessa maneira:

(...) é o local das embaixadas, palacetes e apartamentos de luxo (...) lugar de turistas e estrangeiros, na linha de frente da Baía de Guanabara (...) o loteamento e o zoning desse bairro são estudados de modo a excluir o comércio em proveito da habitação suntuosa. AGACHE (1930: 166).

Tal como o saneamento básico, o sistema viário é visto de forma muito profunda no *Plano Agache*, ligando-o à engenharia urbana, objetivando aumentar sua eficiência. Paralelo a isso, também são previstas algumas soluções estéticas, onde a funcionalidade é complementada com o embelezamento.

A proposta do plano era atingir a cidade em toda a sua extensão, porém não há como omitir que ele deteve-se mais no *coração urbano*, ou seja, a área central da cidade, traçando ruas e prevendo ligações, sobretudo nas esplanadas que resultaram dos arrasamentos dos morros do Castelo e da previsão do de Santo Antônio. As chamadas *praças rótulas* serviriam de interligação das vias principais, bem como seriam, além de uma solução técnica, também estética.

A circulação, dentro dessa visão orgânica do plano, vem a ser uma das funções principais. Os bairros, zonas de diversos usos e elementos funcionais são conectados a partir dum conjunto bem estruturado de vias (artérias).

Para Agache, o centro deveria ser integrado e reformulá-lo fazia-se urgentemente necessário, haja vista o transtorno causado pelos bondes, segundo o ponto de vista das elites dominantes e detentoras do poder. Essa integração seria possível somente através da construção de uma extensa rede de metropolitana, criação de vias de comunicação entre bairros e abertura de artérias principais que atingissem a área central rapidamente. A proposta do plano de já prever a abertura da Avenida Presidente Vargas (Avenida Independência) e também de interligar a Estrada Rio-São Paulo (antiga Avenida Paulista) à Rio - Petrópolis (antiga Avenida Petropolitana) caracteriza o momento histórico por que passava o país, onde era já intensa a atividade rodoviária nacional, muito incentivada pelo então Presidente Washington Luís, autor da famosa frase: "... Governar é abrir estradas...".

Alfred Agache entrega seu plano urbanístico para a capital federal, nos últimos meses da administração municipal que o empreende. Em outubro de 1930 é deposto o Presidente Washington Luís e, conseqüentemente, o prefeito Antonio Prado Junior. A consequência de tais fatos é que na tomada de poder pelo prefeito subsequente, já nomeado por Vargas, todas as medidas da administração anterior sofrem descontinuidade e são olhadas com certo tom de preconceito. Acerca desses acontecimentos, afirma ABREU (1997: 86):

O Plano propriamente dito jamais foi implementado, ainda que várias obras ali sugeridas fossem realizadas nas décadas seguintes. Concluído após a Revolução de 1930, foi visto com extrema desconfiança por um novo governo que pretendia revogar tudo quanto proviesse da República Velha, (...) Além do mais, nas palavras de (...) Pedro Ernesto, "nem em cinquenta anos ele seria exeqüível."

Tal como já supracitado, a Revolução de 30 revoga o Plano Agache. Todavia, as discussões acerca do urbanismo, bem como as contradições urbanas levantadas pelo urbanista francês não poderiam ser arquivadas de forma tão simples. Já constituíam uma realidade que deveria ser enfrentada por uma nova forma de organização social que se instaurava no Brasil. Mesmo negando a importância do plano, pelo fato de ter sido fruto da *República Velha*, coincidência ou não, ele representaria, de forma muito eficaz, a ação do poder público na gestão urbana. Como a representatividade do Estado forte era uma marca do governo Vargas, o plano é novamente retomado. Nesta feita, afirma ABREU (1997: 90):

Paradoxalmente, a fórmula apresentada por Agache para a resolução dos problemas da República Velha – ou seja, a intervenção do Estado no processo de reprodução da força de trabalho urbana – se constituirá na mola mestra do novo regime que Getúlio Vargas implanta no país.

Na gestão municipal que sucedeu Prado Junior (1930-1931), o *Plano Agache* é novamente reestruturado por uma equipe de profissionais, dentre eles, Lúcio Costa. O Plano é aceito com algumas modificações que ocorreriam ao longo de sua implantação. É criada a Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro.

Algumas marcas do *Plano Agache*, presentes na paisagem urbana do centro da cidade até nossos dias, foram as proposições que chegaram a ser executadas. São elas, os prédios localizados na Esplanada do Castelo (Ministério da Fazenda, do Trabalho etc.), com parte das quadras dotadas de pátio central, e o traçado viário das principais ruas, além da Praça Paris, localizada no bairro Glória, fruto do primeiro aterro feito na área, visando o prolongamento de avenidas que interligassem a zona sul ao centro, dentre elas a avenida Beira-Mar, que também fazia parte do plano. (STUCKENBRUCK, 1996: 112).

Não podemos olvidar, outrossim, a sua proposta de construção de um autódromo em Jacarepaguá, o que fora realizado muito tempo depois, a partir de suas sugestões (ABREU, 1997: 86). Muito embora possa provocar divergências em relação ao uso público, constitui, indubitavelmente, uma área de lazer e recreação possibilitada segundo o *Plano Agache*.

Enfim, se nem todas as materialidades foram efetivadas no espaço urbano, ficaram as idéias. Devemos sempre lembrar que a tônica desse plano foi justamente o seu arcabouço teórico, ou seja, uma série de legislações, regulamentações e recomendações, presentes num único documento que viabilizasse uma diretriz para a evolução urbana e futuro da cidade, o que até então era inexistente no Brasil, e que serviu de modelo para sucessivos planejamentos urbanos que se deram posteriormente, não só no Rio de Janeiro, mas que deu origem à frutificação dos planos diretores que presenciamos na atualidade, em diversas cidades pelo país afora. O *Plano Agache*, ainda hoje é uma referência para arquitetos e urbanistas, pois muito do que temos presente nos planos diretores, remontam a Agache.

O Pensamento Geográfico presente no *Plano Agache*

Nesse sentido, percebemos, através da leitura analítica deste plano urbanístico, a notável influência de um pensamento geográfico que também obedecia aos mesmos preceitos positivistas, que já considerava a Geografia como uma disciplina acadêmica e como ciência moderna.

Inicialmente podemos verificar a alusão que Alfred Agache utiliza em seu plano, referendando a Geografia lablachiana:

(...) a geografia humana, tal como Paul Vidal de la Blache a concebe quase paralelamente, estuda a emergência no tempo de tipos de estabelecimentos humanos diante da necessidade de apropriação do meio físico. A geografia humana engendra, aliás, uma forma de estudo geográfico especificamente urbano que, a partir de 1900, dá origem a numerosas “monografias de cidade” (...). (AGACHE, 1930: 14).

É deveras interessante a importância considerável que o urbanista dá, tanto a La Blache como à Geografia, em seu plano, inclusive afirmando a relevância do estudo geográfico urbano, que La Blache já produzia em França.

Tais *monografias de cidade*, que ele referencia, nada mais eram que o estudo empírico-descritivo tão belamente produzido pela corrente *possibilista*, acerca das cidades, que mais tarde ofereceu substancial fonte de consulta para os teóricos que vieram a produzir os estudos urbanos na Geografia.

O “estudo methodico da geographia humana”, ao qual faz alusão, consiste, na verdade, nos estudos populacionais, de cunho detalhadamente descritivo, que a escola *lablachiana* produzia tão perfeitamente. Quanto à “topografia urbana”, nada mais geográfico que a relação que o Homem evidenciava com seu meio, verificada cientificamente através dos estudos de campo, das observações empíricas, também oriundos do *possibilismo* e, demasiadamente importantes para a elaboração de planos urbanísticos.

Em seguida, Agache nos traz sua interpretação pessoal acerca do ofício de urbanista:

Para ser *urbanista*, não ha absoluta necessidade de ser engenheiro ou architecto. O *urbanista* nasce *urbanista*; é um dom innato, que, evidentemente, cumpre cultivar e desenvolver. (1930: 13)

Nessa declaração, podemos observar o tom determinista e positivista de sua visão, enquanto profissional, refletindo a prática de uma época, em que, era reconhecidamente científico também, afirmar que as condições climáticas de determinada região interferiam diretamente no comportamento e nas características de sua população, fruto da corrente intitulada *determinismo ambiental*.

Podemos perceber o considerável zelo que Agache tinha, ao detalhar seu método de labor. Nessa justificativa metodológica, o arquiteto afirmava que não há plano de cidade, sem antes realizar-se um estudo prévio sobre a “geographia do lugar”, denotando enorme preocupação e importância em relação ao número de habitantes, habitações, extensão territorial, o seu povoamento etc., dados que a Geografia *possibilista* supria tão qualitativamente, naquele momento histórico.

Ao denominar esse conhecimento de “anthropogeographia”, é dever dessa pesquisa, investigar de onde o urbanista trazia tal terminologia para seu plano, bem como, identificar se era um termo utilizado largamente, à época referida.

O estudo da cidade no passado, sob uma análise geográfico-histórica tem despertado pouca atenção por parte dos (as) geógrafos (as) no Brasil. A importância de investigar transformações e modificações de um determinado espaço geográfico num tempo pretérito distante ou próximo vem auxiliar sobretudo, a compreensão desta mesma espacialidade no presente e futuro. E como vimos, Agache já realizava muitíssimo bem essa reconstituição da cidade que pretendia planejar, no passado. Nesse sentido são primordiais as palavras de SANTOS (1998: 69):

Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado.

No passado, isso era parte obrigatória do trabalho dos geógrafos. Nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade. (...) Era impossível abordar esta ou aquela cidade, sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado. Porém, hoje, fazemos frequentemente uma geografia urbana que não tem mais base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente não mais ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente. Isso fez com que essa disciplina “história da cidade” ficasse órfã. Torna-se, pois, salutar essa retomada, sobretudo porque se faz segundo um enfoque multidisciplinar.

Ainda tratando da *antropogeografia* presente no plano, novamente o autor ratifica suas afirmações anteriores, acerca dos estudos prévios da cidade, no passado:

OS COMPONENTES ANTHROPO-GEOGRAPHICOS DO DISTRICTO FEDERAL

... um resumo histórico da Cidade, refere-se especialmente ao seu desenvolvimento sob o ponto de vista do Urbanismo. Nelle são invocados os diversos factores: topographicos, econômicos e sociaes, que contribuiram para o desenvolvimento da Cidade e revelaram o ingente esforço humano no sentido de amoldar a natureza às exigências da aglomeração urbana. E' absolutamente necessario conhecer esses factores históricos que governaram o passado de uma cidade antes de estudar os factores que deverão governal-a no futuro (AGACHE, 1930: 45).

Nada mais geográfico, e hoje considerado tradicional dentre as correntes da Geografia, do que o trecho supracitado sobre o “ingente esforço humano no sentido de amoldar a natureza às exigências da aglomeração urbana”. Nesse sentido, podemos considerar tais “exigências da aglomeração urbana”, como as possibilidades que o meio oferece ao Homem, segundo a corrente lablachiana do pensamento geográfico, e não mais uma visão determinista, onde a natureza constituía-se num fator determinante à sobrevivência dos grupos humanos.

Dando sequência à análise do plano, segundo o viés do pensamento geográfico, mais uma vez seu autor ancora-se na Geografia, apresentando a ação antrópica preponderante frente à natureza, daí justificando as grandes transformações necessárias à manutenção da vida urbana:

A situação geographica do sitio tem um valor tal, comporta tantos privilégios e promessas de futuro, que a sua excellencia permittiu e permittirá ainda durante muito tempo ao homem, de corrigir por meio de grandes obras o que póde haver de desfavorável ou de incommodo na sua configuração topographica. A cidade do Rio de Janeiro gosa de grande vantagem de poder, de um certo modo, *forçar a natureza* convencida de que o *esforço será compensado*; desta vantagem Ella aproveita e deverá aproveitar-se ainda por muito tempo (1930: 159).

Aqui, devemos compreender o incansável esforço da ação humana sobre a natureza, na ocupação da Cidade do Rio de Janeiro. Somente através de sucessivos aterros, escavação de túneis, canalização de rios etc., já realizados naquele momento, e outros também previstos no plano, é que foi possível a urbanização e interligação da cidade.

Posteriormente, Agache faz uma comparação entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, argumentando as razões que levam a metrópole carioca a estar impossibilitada de desenvolver atividades industriais:

INDUSTRIA CARIOCA – O *Rio de Janeiro* não dá, como S. Paulo, a impressão de uma cidade industrial, não só por motivos de ordem climaterica pouco favoráveis ao trabalho continuo, como por motivos ethnologicos, índole e hábitos do seu povo. (1930: 90)

Consideramos que essa não deveria ser uma constatação feita apenas pela simples observação do urbanista, a partir de sua breve estada na capital federal. Em veracidade, tal afirmação está impregnada de valores construídos pela elite local dominante, acerca do que pensava sobre a população da cidade, além de uma visão de caráter etno e eurocêntricos, próprios do imaginário estrangeiro, no que tange ao modo de vida da população brasileira, em geral.

Ausente de questionamentos para a época, essa justificativa “científica” de Agache, constituía-se como perfeitamente usual, fruto, também, da escola *determinista* da Geografia.

Por último, faz-se necessário apontar a admiração que o urbanista tinha pela cidade, afirmando de forma poética, as peculiaridades geográficas que fazem do Rio de Janeiro, uma bela capital:

FEIÇÃO PROPRIA DA CAPITAL – É a interpenetração entre a natureza, mais ou menos bravia, e a cidade edificada e ordeira que dá á capital do Brasil o seu “cachet” e a sua graça especial. É a conjugação íntima que existe entre a cidade, a matta, a montanha e o mar, que a distingue de outras capitães e de outras cidades de importancia similar e faz della a “cidade maravilhosa”... (1930: 82-3).

A alusão do urbanista, quando afirma da natureza “mais ou menos bravia” e sua relação com a “cidade edificada e ordeira”, nos reporta a uma sensação em que o progresso humano (e positivista) fez da ação antrópica, vitoriosa, frente ao “incommodo na sua configuração topographica”, tal como supracitado, isto, é preponderante sobre a natureza. Mais uma vez, uma notável contribuição do pensamento geográfico ao *Plano Agache*.

Essas são somente algumas das tantas afirmações descritas no plano, em que Agache admite a fundamental influência e importância do pensamento geográfico. Cumpre-nos, no andamento desta investigação, aprofundar tal relação existente entre o plano urbanístico de Agache com o pensamento geográfico, inclusive na construção de capítulos específicos sobre as correntes *possibilista* e *determinista*, na expectativa de descobrir mais importância dessas escolas para a Ciência Geográfica que se produzia na época, sem uma visão caricaturada e simplista na historicidade das mesmas.

Palavras Finais

Não podemos negar a presença do pensamento geográfico inserido de maneira marcante no plano urbanístico de Alfred Agache para a Cidade do Rio de Janeiro, então capital federal.

Igualmente, é possível percebermos o zelo científico e acadêmico que Agache preconizava em seu discurso, seu embasamento teórico e sua prática como urbanista. Daí sua preocupação em cientificizar, ou seja, dar caráter científico ao plano urbanístico que elaborava para a capital do Brasil.

Dessa maneira é que o mesmo procurou investir no que havia de mais moderno no pensamento científico em voga, isto é, imbuindo seu plano de positivismo e racionalismo, buscando noutras áreas do conhecimento científico moderno, sustentáculos teóricos que

reconhecessem o urbanismo que trazia para o Brasil, como Ciência. Assim, podemos verificar claramente seu cuidado em explicar previamente e em minúcias, sua metodologia de realização dos trabalhos (sempre baseado numa proposta empírica de cunho positivista) ao realizar todo um histórico prévio da cidade a que se propunha planejar, denominada pelo próprio de “monografias de cidade”.

É nesse momento, então, que o urbanista se utiliza da História, da Antropologia, da Sociologia e, é claro, da Geografia. No que tange à Ciência Geográfica e suas influências em tal plano, essa se dá no que hoje a história do pensamento geográfico denomina de Geografia Tradicional. Porém, naquele momento histórico, era o que havia de mais moderno e reconhecidamente científico na comunidade acadêmica à qual Agache pertencia, bebia das “fontes” e servia ao Estado. Nesse viés, visualizamos claramente as referências que o urbanista faz a La Blache e sua Geografia Humana, bem como a Antropogeografia, que julga imensamente necessária para os estudos prévios de cidades.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 3ª edição, 1997 (156 pp.).

AGACHE, Alfred Donat. *Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento, 1926 – 1930*. Paris: du Foyer brésilien, 1930.

CARVALHO, José M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo Progressista*. São Paulo: Perspectiva, Série Debates, 1990.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1973a.

CORREIO DA MANHÃ. *O embellezamento do Rio*. 1º de Julho de 1927. (4 pp.).

COSTA, João C. *Augusto Comte e as Origens do Positivismo*. São Paulo: Nacional, 1959.
_____. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (V. 1).

GANZ, Herbert. *People and plans*. New York: Basic Books, 7ª edição, 1960.

GODOY, Armando A. de. *A Urbs e seus Problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

- GOMES, Paulo C. da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HORTA, Célio A. da C. *Belo Horizonte: a construção de um saber geográfico*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado. CFCH/UFSC, 1994 (101pp.).
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MASCARENHAS, Gilmar. *Da Cidade Colonial ao Espaço da Modernidade: A Introdução dos Esportes na Vida Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PAIM, Antônio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Convívio, 1986.
- _____. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1987.
- PAIXÃO, Carlos J. *O Positivismo e a Educação no Brasil*. Tese de Doutorado. FFC/UNESP, 1998.
- PICON, Antoine. "Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmannização". In: SALGUEIRO, Heliana (Org.). *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: EdUSP, 2001. (pp. 65-102).
- RELPH, Edward. *A Paisagem Urbana Moderna*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987. (Tradução de Ana McDonald de Carvalho).
- REZENDE, Vera. *Planejamento Urbano e Ideologia. Quatro Planos para a Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- SALGUEIRO, Heliana A. (Org.). *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: HUCITEC, 4ª. Ed., 1998.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990*. São Paulo: Edusp, 2ª edição, 2002.
- SILVA, Lucia H. P. da. *História do Urbanismo no Rio de Janeiro –Administração municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 20 à Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.
- SODRÉ, Nelson W. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1976.
- STUCKENBRUCK, Denise C. *O Rio de Janeiro em questão: O Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1996.